

## No Limite

**N**o *Limite*, título escolhido para este número da Revista, denota um largo espectro de situações em que as condições laborais no Ensino Superior se aproximam a passos largos do precipício.

Sirva o retrato de Maria, descrito no primeiro artigo, que apela por justiça e melhores condições de trabalho, como ilustração de tantos outros que, infelizmente, grassam nas instituições de Ensino Superior em Portugal.

É mais barato, e por isso, mais conveniente, contratar um precário para a docência.

Maria, de 55 anos, é professora do ensino superior desde os 24, com uma formação extensa e assinalável experiência, tanto na docência como na consultoria técnica. Ganha 775 euros líquidos por um contrato de 50%, insuficiente para cobrir as despesas e com consequências na sua saúde mental. A situação de trabalho precário deprime-a, depois de ter passado pelo desemprego, por razões alheias à sua vontade.

Com o pretexto do subfinanciamento orçamental (que nem todas as instituições invocam), sem decretar o encerramento de portas – talvez a tutela caísse em si – se vão asfixiando recursos humanos com elevadas qualificações académicas. Vêm eles acudir a prementes substituições na docência, causadas por quadros não renovados, por força de aposentação, falecimento ou doença. Vêm suprir carências permanentes, a coberto de contratos que a necessidade forçosamente faz assinar. Vêm trabalhar mais, por menos, com direitos silenciados. A não assumida autoria do artigo, que nos fala de Maria, assim o explica. Como denunciar sem fazer perigar o ganha-pão?

O inquérito às Condições laborais no Ensino Superior e Ciência em Portugal não desmente a situação atrás denunciada, mas avança com números mais concretos: 49% o número de trabalhadores precários no ensino Superior.

Além deste retrato de precariedade, o inquérito permite ainda aferir as inexistentes condições de progressão, não apenas do ponto de vista salarial, mas também na carreira. O assédio laboral, quando existe, pode fazer soçobrar o equilíbrio que se tentava manter.

Outro ângulo complementar é o que configura a discussão em torno da essencialidade da liberdade académica que congegou, uma vez mais, em jornada de trabalho e celebração, as atenções dos sindicatos e associações em Paris, analisadas que foram as principais ameaças ao sector.

O artigo dos colegas do SNESup de França: Michel Maric, Anne Roger e Christophe Voilliot, sintetiza aquilo que no seu país se vem afigurando como um cenário de intimidação dirigido ao Ensino Superior e da Ciência, num contexto de politização que pode atentar contra a liberdade de investigação e ensino.

É contra estes limites que todos unidos nos devemos insurgir.

E é no limite que se encontra o Ensino Superior e a Ciência em Portugal e a capacidade de aceitação das suas injustiças, desqualificação e precariedade.

O SNESup está confiante em que será superado o número de signatários necessário para levar a plenário da Assembleia uma petição que faz sentir o descontentamento e a justa reivindicação por melhores condições salariais, pela dignidade e estabilidade das condições laborais.

A nova Direcção eleita do SNESup continuará, pois, a pugnar pelos direitos de todos aqueles que sentem, diariamente, no exercício da sua profissão, o desfavor e a desconsideração por parte de quem governa.



**MARIA TERESA NASCIMENTO\***

UNIVERSIDADE DA MADEIRA



\* Não escreve segundo o novo acordo ortográfico.